

UMA PRAÇA E UMA ÁRVORE: o patrimônio imaterial, memória coletiva da Praça 14 de julho e as narrativas fundantes da identidade de Canápolis/MG

Lorrayne Moreira da Silva¹

Geografia/ICHPO

Universidade Federal de Uberlândia

lorraine.moreira.2013@gmail.com

Profa. Dra. Jeane Medeiros Silva²

Geografia/ICHPO

Universidade Federal de Uberlândia

jeane.medeiros@ufu.br

Orientadora

Resumo

Este artigo analisa o processo de formação e transformação da paisagem urbana de Canápolis, Minas Gerais, com ênfase na Praça 14 de Julho e na simbólica árvore Barú, tomando como base os conceitos de paisagem, rugosidade, memória coletiva e patrimônio imaterial. Parte-se do pressuposto de que o espaço urbano não é apenas materialidade, mas também suporte de narrativas, práticas sociais e referências identitárias. O estudo busca compreender de que modo a praça e a árvore Barú se consolidaram como elementos centrais da memória local e como as transformações urbanas ocorridas ao longo do tempo impactaram essas referências simbólicas. Metodologicamente, a pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo, fundamentada em pesquisa bibliográfica, documental e em relatos orais de moradores e agentes culturais. Os resultados indicam que a Praça 14 de julho constitui um lugar de memória, no qual se articulam sociabilidade, pertencimento e identidade coletiva. A árvore Barú, por sua vez, destacou-se como marco simbólico da cidade, reunindo narrativas ligadas à convivência comunitária, à justiça informal e à construção do imaginário local. Conclui-se que transformações urbanas, embora voltadas à modernização e à requalificação do espaço público, também podem enfraquecer referências materiais e simbólicas essenciais à preservação da memória coletiva.

Palavra-chave: patrimônio imaterial; memória coletiva; paisagem urbana; Canápolis; identidade local.

Abstract

¹ Aluna do curso de Geografia-UFU

² Possui graduação em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal de Uberlândia (2003), Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2006 e 2012) e graduação incompleta em Letras (2006-2008).

This article analyzes the process of formation and transformation of the urban landscape of Canápolis, Minas Gerais, with emphasis on Praça 14 de Julho (July 14th Square) and the symbolic Baru tree, based on the concepts of landscape, roughness, collective memory, and intangible heritage. It assumes that urban space is not only materiality, but also a support for narratives, social practices, and identity references. The study seeks to understand how the square and the Baru tree have become central elements of local memory and how urban transformations over time have impacted these symbolic references. Methodologically, the research has a qualitative approach, of a descriptive and interpretative nature, based on bibliographic and documentary research and oral accounts from residents and cultural agents. The results indicate that Praça 14 de Julho constitutes a place of memory, in which sociability, belonging, and collective identity are articulated. The Baru tree, in turn, stood out as a symbolic landmark of the city, bringing together narratives linked to community life, informal justice, and the construction of the local imaginary. It is concluded that urban transformations, although aimed at modernization and the requalification of public space, can also weaken material and symbolic references essential to the preservation of collective memory.

Keywords: Intangible heritage; Collective memory; Urban landscape; Canápolis; local identity.

Introdução

A paisagem urbana constitui uma expressão material e simbólica das relações sociais construídas historicamente. Mais do que um conjunto de formas físicas, o espaço urbano reúne marcas históricas, práticas cotidianas, memórias e referências identidades que atribuem sentido aos lugares. Conforme Milton Santos, a paisagem urbana também se notabiliza por suas rugosidades³. Nesse contexto, compreender a cidade implica analisar não apenas suas transformações materiais, mas também os significados produzidos e compartilhados por seus habitantes.

No caso de Canápolis, município localizado no Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais, a Praça 14 de julho e a árvore Baru assumem papel central na organização da memória coletiva local. Esses elementos ultrapassam a dimensão física e se afirmam como suporte de narrativas vividas e símbolos de pertencimento. A praça, enquanto espaço de convivência e sociabilidade, e a árvore, como marco simbólico e afetivo, participam da constituição do imaginário urbano e da identidade da comunidade, revelando como determinados elementos da paisagem se tornam referências fundamentais para a preservação da memória e para o fortalecimento dos vínculos coletivos.

Nesse contexto, parte-se do seguinte problema de pesquisa: de que modo a Praça 14 de Julho e a árvore Baru se consolidaram como referências simbólicas da memória coletiva em Canápolis e como as transformações urbanas impactaram

³ Para Santos (2006), rugosidade é a presença espacial de formas e objetos do passado, com existência continuada e influência no presente, instituindo uma sobreposição de tempos históricos.

esses elementos? A relevância deste estudo reside na necessidade de refletir sobre a preservação de referências materiais e imateriais em pequenas cidades, sobretudo diante de processos de modernização que, muitas vezes, tendem a apagar marcas significativas da história e dos sentidos locais. Este estudo, portanto, contribui para ampliar a reflexão sobre os impactos das transformações urbanas em referências simbólicas que sustentam a história, a memória e o pertencimento comunitário.

O objetivo geral da pesquisa é analisar o processo de formação e transformação da paisagem urbana de Canápolis, com ênfase na Praça 14 de Julho e na árvore Baru, considerando sua relação com a memória coletiva e o patrimônio imaterial. Especificamente, busca-se compreender a constituição histórica da paisagem urbana local, identificar os significados atribuídos à praça e à árvore, pelos moradores, e discutir os impactos das transformações urbanas sobre essas referências simbólicas, evidenciando seu papel na produção e na preservação da identidade local.

Metodologicamente, a pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter exploratório e interpretativo, e foram desenvolvidas por meio de levantamento bibliográfico, pesquisa documental e relatos orais de moradores e agentes culturais. O texto está organizado em seções que abordam, inicialmente, os fundamentos teórico-metodológicos do estudo, seguindo-se a contextualização histórica de Canápolis, a análise da Praça 14 de Julho e da árvore Baru como lugares de memória.

A compreensão do espaço como patrimônio imaterial e o papel da memória

A paisagem urbana resulta da sobreposição de tempos históricos, perspectiva que supera a mera percepção da forma visível do espaço. Desse modo, a análise da paisagem urbana demanda uma abordagem que considere tanto suas formas materiais quanto os processos históricos e sociais que lhes atribuem sentido, de modo que a rugosidade espacial condiciona a produção de sentidos enquanto um espaço disponível na produção das vivências.

Nesse sentido, o conceito de paisagem ultrapassa a aparência visível do espaço, podendo ser compreendido como resultado de múltiplas temporalidades e práticas sociais. A paisagem, portanto, expressa permanências e transformações, reunindo marcas do passado e dinâmicas do presente. Mais do que um cenário

visível, a paisagem constitui uma síntese entre natureza, sociedade, história e cultura, permitindo compreender como os grupos sociais produzem e atribuem sentidos ao espaço em que vivem. A leitura da paisagem urbana exige considerar tanto seus aspectos materiais quanto seus significados simbólicos, pois é nela que se inscrevem as marcas do passado e as práticas do presente.

Nessa perspectiva, o conceito de rugosidade, formulado por Milton Santos, contribui para a compreensão dos vestígios temporais distintos na organização do espaço. As rugosidades revelam continuidades históricas mesmo em contextos de mudanças urbanas. Em cidades pequenas, esses elementos podem adquirir forte valor social, uma vez que se associam à memória dos moradores e à construção de identidade local. Assim, determinados elementos da paisagem, como praças, árvores antigas, monumentos e edifícios, permanecerem como vestígios materiais de tempos passados, mas continuam produzindo sentido no presente. No caso de Canápolis, a Praça 14 de Julho e a árvore Barú podem ser compreendidas como exemplos de rugosidade que articulam história, experiência urbana e memória coletiva, na medida em que preservam materialidades herdadas e, ao mesmo tempo, sustentam vínculos simbólicos e afetivos no presente (Santos 2006).

Tal discussão também dialoga com o conceito de memória coletiva, especialmente a partir das contribuições de Maurice Halbwachs. Para o autor, a memória coletiva não se constitui de forma isolada, mas em estreita relação com os grupos sociais e os quadros espaciais nos quais a vida coletiva se desenvolve: mais que *guardar* memórias, esses quadros espaciais estruturam e orientam o saber coletivo sobre os lugares. Assim, praças, ruas, árvores e edifícios não são apenas componentes da paisagem, mas também suportes dos afetos, pertencimento e da própria memória. A memória, nesse sentido, não é apenas individual, pois é constantemente reconstruída a partir das experiências compartilhadas e dos referenciais sociais que orientam a recordação. A relação entre memória e espaço, desse modo, torna-se fundamental para compreender como determinados lugares passam a concentrar significados duradouros, pressuposto que funcionam como referências materiais e simbólicas na organização das lembranças coletivas (Halbwachs, 1990).

De modo complementar, a noção de lugares de memória permite compreender como determinados espaços e elementos urbanos se tornam referências simbólicas capazes de condensar experiências coletivas. Desenvolvida

por Pierre Nora (1993), essa perspectiva permite reconhecer que certos espaços do cotidiano também podem reunir lembranças, valores, afetos e sentidos históricos para uma comunidade. Dessa forma, a Praça 14 de Julho e a árvore Baru podem ser compreendidas como lugares de memória, uma vez que concentram narrativas fundadoras da cidade e se mantêm presentes no imaginário social de seus moradores, constituindo-se como marcos simbólico de identidade, pertencimento e continuidade histórica.

No campo do patrimônio imaterial, a discussão pode ser ampliada a partir da UNESCO (2003), que compreende esse campo como o conjunto de práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas reconhecidas pela comunidade como integrante de sua cultura. Por conseguinte, o patrimônio imaterial associa-se à preservação de experiências socialmente compartilhadas e à valorização de vínculos afetivos e identitários construídos ao longo do tempo. Em pequenas cidades, esse aspecto torna-se ainda mais importante, pois muitos dos referenciais de pertencimento da população estão ligados a espaços cotidianos e narrativos transmitidos entre gerações. Fonseca (2003) e Chuva (2015) destacam essa dimensão relacional do patrimônio, reforçando o argumento de que as materialidades culturais ultrapassam a própria materialidade, abrangendo saberes, práticas e referências simbólicas que sustentam a memória coletiva e a identidade local.

No contexto brasileiro, essa discussão também pode ser fortalecida a partir do Decreto nº 3.551, 4 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Entre os livros de registros previstos, destaca-se o Livro de Registro dos Lugares, no qual se inscrevem mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem culturas coletivas (BRASIL, 2000). Tal perspectiva é importante para este estudo, pois permite compreender que a Praça 14 de Julho pode ser pensada não apenas como elemento material da paisagem urbana, mas também como espaço de vivência, práticas sociais e referências simbólicas reconhecidas pela coletividade. Nessa direção, o diálogo com o IPHAN contribui para reforçar a proteção institucional de bens cuja importância se manifesta na experiência cotidiana, na memória coletiva e nos sentidos de pertencimento construídos historicamente pela comunidade (IPHAN, s.d.).

Além disso, a análise da praça pode ser articulada à discussão sobre caminhabilidade a partir de Jeff Speck (2016). Para o autor, a vitalidade dos espaços urbanos depende da valorização do pedestre e de condições de utilidade, segurança, conforto e interesse. Essa perspectiva contribui para compreender que a Praça 14 de Julho, além de ser um lugar de memória, é também um espaço de circulação, convivência e apropriação cotidiana. Portanto, sua relevância não se limita à dimensão simbólica, mas também se relaciona à forma como esse espaço favorece o uso coletivo e a vivência urbana.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e exploratória, com caráter descritivo e interpretativo, por entender que o objetivo investigado exige atenção às experiências, narrativas e significados atribuídos pelos sujeitos. O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de relatos orais, permitindo articular a discussão teórica com as experiências concreta vividas na cidade e com as memórias construídas em torno da praça e da árvore. O recorte espacial concentrou-se na Praça 14 de Julho, localizada na área central de Canápolis, por se tratar de um espaço historicamente vinculado à vida coletiva do município e de um importante referencial de sociabilidade, memória e pertencimento. Já o recorte temporal abrange desde a formação do núcleo urbano, nas décadas de 1920 e 1930, até as transformações mais recentes da paisagem central da cidade.

No que se refere aos relatos orais, a pesquisa considerou depoimento de moradores antigos, agentes culturais e sujeitos com reconhecida vivência na história local, selecionado em razão de sua relação direta com a Praça 14 de Julho e com as narrativas associadas à árvore Barú. Os relatos foram obtidos por meio de entrevistas abertas e semiestruturadas, orientadas por questões relativas às formas de uso da praça, às memórias de convivência, às transformações da paisagem urbana e aos significados atribuídos à árvore Barú na vida coletiva de Canápolis. Para fins de organização analítica, os depoimentos foram articulados à pesquisa documental e bibliográfica, buscando evidenciar recorrência temática ligada à memória, ao pertencimento e às mudanças urbanas. Tal procedimentos mostra-se importantes, pois permite compreender como a memória coletiva se ancora em referências espaciais e em experiências compartilhadas no cotidiano dos moradores (Halbwachs, 1990).

A utilização de relatos orais mostra-se especialmente importante, pois possibilita compreender como os moradores atribuem sentido à praça e à árvore

Baru, revelando a dimensão afetiva e simbólica desses elementos no contexto da memória coletiva. Além disso, esse tipo de fonte permite acessar percepções, lembranças e interpretações nem sempre registradas na documentação escrita, enriquecendo a compreensão da relação entre espaço, experiência e identidade. Desse modo, a articulação entre pesquisa bibliográfica, documentação histórica e relatos orais permite uma leitura integrada da paisagem urbana, compreendida simultaneamente como construção material, experiência social e suporte simbólico da identidade local.

Formação histórica de Canápolis

A formação urbana de Canápolis está diretamente relacionada aos processos históricos de ocupação, à chegada e fixação do coronel José de Paula, ocorrida em 1924, à organização territorial e às formas de sociabilidade que marcaram o desenvolvimento do município. A origem da cidade esteve ligada à doação de terras para a constituição do povoado, inserido inicialmente no território de Monte Alegre de Minas. Nesse contexto, a fertilidade da terra e a forte presença da cana-de-açúcar desempenharam papel importante na economia local e na própria configuração da identidade do município (Cultura e Turismo Canápolis-Mg, 2023).

O nome Canápolis, associado à ideia de “Cidade da Cana”, revela essa forte ligação com a atividade agrícola, que não apenas sustentou a economia, mas também orientou a organização do espaço e das relações sociais. A formação do povoado ocorreu de maneira gradual, reunindo moradores ligados às atividades rurais, ao comércio local e às primeiras estruturas de apoio à vida comunitária. Assim, a história de Canápolis deve ser entendida a partir da articulação entre ruralidade, ocupação territorial e construção de núcleo urbano que, aos poucos, se consolidou como espaço de convivência, trabalho e organização social (Cultura e Turismo Canápolis-Mg, 2023).

Outro elemento importante nesse processo foi à criação da escola do Cundungo, em 1933, considerada uma das primeiras instituições escolares da cidade. Sua presença contribuiu para a organização social da comunidade e para a formação do povoado, demonstrando que a urbanização não ocorreu apenas a partir da expansão física, mas também por meio da construção de instituições e práticas coletivas. Além disso, atividades como a serraria e o engenho reforçaram o

dinamismo local, permitindo o crescimento da estrutura urbana e a ampliação das relações com outros municípios. Desse modo, o desenvolvimento de Canápolis pode ser compreendido não apenas como resultado da ocupação territorial, mas também da consolidação de atividades econômicas e instituições sociais que deram sustentação à vida urbana em formação.

A formação histórica de Canápolis, portanto, expressa a construção de vínculos sociais, econômicos e culturais que moldaram a paisagem urbana e estabeleceram as bases para a consolidação da cidade. É nesses processos que se insere, posteriormente, a centralidade da Praça 14 de Julho, espaço que passaria a reunir práticas de convivência, memória e pertencimento (Santos, 2006). Outro aspecto importante da formação histórica de Canápolis foi a criação de estruturas que favoreceram a consolidação do núcleo urbano. A escola do Cundungo, fundada em 1933, representou um marco no processo de organização social da comunidade, ao passo que atividades como a serraria e o engenho contribuíram para dinamizar a economia local e ampliar as relações com outras localidades. Desse modo, a formação da cidade deve ser compreendida como resultado da articulação entre produção agrícola, estrutura social e construção progressiva do espaço urbano (Cultura e Turismo Canápolis-MG, 2023).

A Figura 1 apresenta um registro fotográfico da paisagem rural vinculada ao processo inicial de ocupação e organização territorial que contribui para a formação histórica de Canápolis.

Trata-se de um documento visual que preserva um vestígio histórico importante, em que se observa elementos materiais da ocupação do espaço, marcado então pela presença de edificações esparsas, cercamentos rústicos e a forte predominância da vegetação, aspectos típicos da configuração territorial marcada pela ruralidade e por formas iniciais de estruturação do núcleo habitado. Nesse sentido, o registro da fazenda não apenas ilustra o contexto de origem do município, mas também revela a relação entre paisagem, uso da terra e organização social, evidenciando como o processo de formação urbana esteve profundamente ligado às bases agrárias e às práticas de ocupação do território. Assim, a fotografia adquire valor analítico ao funcionar como fonte histórica capaz de esclarecer dimensões materiais e simbólicas da constituição de Canápolis. E, mais que isso, exemplifique uma materialidade arquitetônica que ainda marca presença não apenas

em Canápolis como em outros municípios interiores do Brasil. O registro histórico da fazenda, portanto, contribui para se compreender o processo inicial de ocupação do território e a formação histórica de Canápolis e aspectos de sua permanência na contemporaneidade.

Figura 1 - Fazenda associada ao processo de ocupação inicial do território de Canápolis-Mg



Fonte: Casa de cultura de Canápolis-Mg, 2026.

A centralidade da Praça 14 de Julho na vida social de Canápolis

A praça, enquanto espaço público, expressa a articulação entre materialidade e vida social. Assim como ocorre em outros centros urbanos de pequeno porte no Brasil, a praça central desempenhou papel fundamental na estruturação da vida urbana, concentrando práticas sociais, atividades, cotidianas, comemorações e encontros da comunidade (Cultura e Turismo Canápolis-MG, 2023). Nessa condição, a praça não se configura apenas como um elemento físico da paisagem urbana, mas como um espaço de mediação das relações sociais e de produção de experiências coletivas.

No plano da memória social e da experiência cotidiana dos moradores, sua centralidade não se explica apenas pela localização no tecido urbano, mas também por sua importância na vida coletiva local. Desse modo, esse espaço passou a concentrar encontros, festividades e manifestações da vida comunitária, consolidando-se como referência de sociabilidade e pertencimento no município.

As narrativas dos moradores reforçam essa dimensão vivida da praça. Ao longo do tempo, a Praça 14 de Julho foi se consolidando como lugar de encontros, de convivência entre jovens e adultos e de construção de vínculos afetivos, assumindo importância não apenas funcional, mas também simbólica na vida urbana da cidade. Nesse sentido, a praça pode ser compreendida como suporte da memória coletiva, pois concentra experiências compartilhadas e referências de pertencimento social (Halbwachs, 1990). Sua permanência no imaginário local evidencia que determinados espaços urbanos ultrapassam sua materialidade imediata e passam a operar como marcos da identidade coletiva.

A descrição da praça como espaço de socialização também aparece nos depoimentos de moradores. Em seu relato, Joana destaca que, no passado, a praça representava um ponto constante de encontros e interações entre os moradores. Segundo ela, o ritmo de vida mais lento favorecia maior tempo de convivência e a construção de laços de amizade. Sua recordação sobre o “vai e vem” das moças pela praça reforça a ideia de que o espaço funcionava como centro dinâmico de interações sociais e de cortejos, contribuindo para o fortalecimento do sentimento de comunidade e de convivência cotidiana. Em vídeo publicado no YouTube, Kelson Venâncio, jornalista e ex-morador da cidade, recorda os fins de semana na praça como momentos de encontros e observação recíproca, nos quais a juventude se arrumava para caminhar, conversar e participar da sociabilidade característica desse espaço (Venâncio, 2023). Segundo seu relato, as atividades promovidas pela Rádio Líder, com a leitura de recados anônimos enviados pelos moradores, ajudavam a fortalecer a sociabilidade local e consolidavam a praça como espaço de memória social e afetiva. Essas práticas evidenciam que a praça não era apenas um local de circulação, mas também um ambiente de interação simbólica, no qual se produziam vínculos, expectativas e formas específicas de convivência comunitária. A figura 2 apresenta um registro fotográfico da Praça 14 de Julho, espaço central na vida social, religiosa e simbólica de Canápolis. A imagem reforça a importância da praça como referência material e afetiva da cidade, permitindo compreendê-la não apenas

como elemento da paisagem urbana, mas como lugar de encontros, celebrações e construção da memória coletiva.

Figura 2 - Praça 14 de Julho, em Canápolis-Mg, década de 1930.



Fonte: Casa de cultura de Canápolis-Mg, 2026.

Mesmo com as transformações urbanas ocorridas ao longo do tempo, a Praça 14 de Julho permanece como centro de eventos comunitários que preserva sua função social e cultural. Em festividades como o carnaval, as comemorações do fim de ano, o Dia das Crianças e o aniversário da cidade, a praça recebe grande circulação de pessoas e se torna palco de apresentações culturais, músicas ao vivo e atividades de lazer. Nos fins de semana, ainda que de forma mais tranquila, o espaço continua sendo utilizado por jovens e moradores para conversar, escutar música e interagir, o que demonstra a permanência de sua centralidade na vida coletiva de Canápolis. A presença de *food trucks*, dos quiosques e da sorveteria situada em frente à praça contribui para essa dinâmica contemporânea de convivência e pertencimento, reafirmando a capacidade do espaço de se adaptar a novos usos sem perder seu valor social.

Neste contexto, o mapeamento dos fluxos de sociabilidade da Praça 14 de Julho contribui para tornar mais visível a organização espacial dessas práticas cotidianas. A figura evidencia áreas de permanência, como os bancos, os quiosques, e os parquinhos, assim como os principais fluxos de circulação que convergem para o espaço central da praça, onde se concentram eventos e interações sociais. A figura 3 apresenta esse mapeamento, elaborado a partir de

imagem da Praça obtida no Google Maps, sobre a qual foram identificados os principais pontos de permanência, circulação e sociabilidade.

Figura 3 - Localização dos Fluxos de Sociabilidade na Praça 14 de Julho, Canápolis-Mg.



Fonte; Elaborada pela autora com base na imagem do Google Maps (2026).

Por meio da Figura 3, observa-se que organização espacial da Praça 14 de Julho favorece tanto a circulação quanto a permanência dos usuários, articulando diferentes usos e práticas sociais. Os bancos, os quiosques e o parquinho configuram áreas de permanência, enquanto os caminhos e acessos estruturam os fluxos que convergem para o espaço central da praça. Desse modo, a imagem reforça a compreensão da praça como lugar de encontro, convivência e sociabilidade, aspecto fundamental para sua permanência como referências simbólicas da cidade (Santos 2006).

Dessa forma, compreender a Praça 14 de Julho implica reconhecê-la como elemento central da paisagem urbana de Canápolis e como suporte de memórias coletivas. Sua importância não se restringe à dimensão urbanística, pois nesse espaço se reúnem experiências, afetos e referências simbólicas fundamentais para a compreensão da história local. Nessa perspectiva, a praça também pode ser interpretada como lugar de memória, por condensar lembranças, práticas sociais e

valores compartilhados pela comunidade (Nora, 1993). A centralidade da praça está ligada, portanto, não apenas à sua posição geográfica, mas ao fato de ter se transformado em espaço de referência para diferentes gerações da cidade. Ao reunir práticas de convivência, sociabilidade e lembrança compartilhada, a Praça 14 de Julho também pode ser compreendida como referência patrimonial de caráter imaterial na vida urbana de Canápolis (Fonseca, 2023; Chuva, 2012), uma vez que nela se expressam sentidos de pertencimento, continuidade e identificação coletiva construída historicamente pela comunidade.

Outro elemento importante para a dimensão simbólica da Praça 14 de Julho é a presença da estátua de José de Paula Gouveia, fundador do município. Inserida no espaço público, essa escultura ultrapassa a condição de marco material e passa a funcionar como referências históricas e identitária para a comunidade, embora seja um aspecto de personalização de um desenvolvimento que, sendo histórico, era coletivo, mas ao mesmo tempo demonstra como a memória se centra em determinadas personagens, sintetizando nelas processos diversos. Sua permanência na praça estabelece uma conexão entre diferentes gerações, reunindo narrativas sobre a origem da cidade e contribuindo para a preservação do imaginário coletivo de Canápolis. Assim a estátua também pode ser compreendida como lugar de memória, por condensar sentido ligado à fundação do município e à continuidade de sua história local, materializando uma memória oficial que se projeta sobre o cotidiano da cidade e participa, a sua maneira, da construção de referências coletivas de pertencimento e identidade (Nora, 1993).

A árvore Baru, memória coletiva e patrimônio imaterial

Entre os elementos que compõem o imaginário urbano de Canápolis, a árvore Baru destaca-se como referência simbólica de grande relevância. Sua presença na cidade ultrapassa a dimensão natural ou paisagística, inserindo-se no campo das memórias compartilhadas, das narrativas locais e dos afetos coletivos (Halbwachs, 1990).

Os relatos orais evidenciam que a árvore Baru ocupou lugar importante nas experiências sociais da cidade, sendo associada à convivência comunitária, a justiça informal e às práticas de sociabilidade. O documentário *Canápolis tem história*

também registra que a árvore Baru também foi utilizada, em determinados momentos, como cadeia improvisada. Esse dado revela que determinados elementos da paisagem urbana adquirem valor patrimonial não apenas por sua materialidade, mas, sobretudo pelo conjunto de sentidos, usos e significados que lhes são atribuídos pela coletividade (Halbwachs, 1990; Fonseca, 2003).

Assim, a árvore não se limita à condição de elemento natural da paisagem, mas participa diretamente da organização da vida social local, reunindo funções simbólicas, cotidianas e de autoridade. Tal característica reforça a centralidade desse marco na memória coletiva de Canápolis. Tal característica reforça a centralidade desse marco na memória coletiva de Canápolis, uma vez que nele se condensam experiências, lembranças e valores socialmente compartilhados (Cultura e Turismo Canápolis-MG, 2023). A Figura 3 apresenta um registro fotográfico histórico da árvore Baru.

A partir dessa perspectiva, a árvore Baru pode ser interpretada como patrimônio imaterial, na medida em que concentra memórias, narrativas e práticas culturais que ajudam a definir a identidade local. Sua relevância decorre menos de sua existência física isolada e mais das relações simbólicas construídas em torno dela e dos sentidos coletivos que lhe foram atribuídos historicamente (UNESCO, 2003; Fonseca, 2003; Chuva, 2012).

A presença da árvore Baru na área central também pode ser interpretada como a permanência simbólica de um passado rural no interior do espaço urbano. À luz do conceito de rugosidade, proposto por Milton Santos, a árvore funcionava como marca material de outras temporalidades inscritas na paisagem, revelando a sobreposição de camadas históricas no território. Sua existência conectava o cerrado original, a ocupação inicial do município e a cidade em processo de expansão, estabelecendo um elo entre a natureza e urbanização (Santos 2006).

Assim, a permanência da árvore Baru na memória coletiva de Canápolis mostra como a paisagem urbana se constitui também por referências afetivas e simbólicas. Esses elementos funcionam como pontos de ancoragem da história social e da experiência urbana, sendo fundamentais para a preservação do patrimônio cultural em pequenas cidades.

Figura 4 - Registro fotográfico antigo da árvore Baru, Canápolis-MG.



Fonte: Casa de cultura de Canápolis, MG, 2026.

Desse modo, a árvore Baru ultrapassa sua condição de elemento natural e passa a ser compreendida como suporte de lembranças, identidades e continuidades históricas que estruturam a relação da comunidade com seu espaço vivido (Halbwachs, 1990; UNESCO, 2003).

Mudanças na paisagem urbanas e seus impactos sobre os marcos simbólicos da cidade

As transformações urbanas ocorridas em Canápolis, embora associadas a processos de modernização e requalificação do espaço público, produziram impactos importantes sobre referências materiais e simbólicos da cidade, formulação diversas vezes indicadas como princípio na formação territorial contemporânea, de acordo com Santos (2006).

Essas mudanças podem ser observadas também nas intervenções urbanas realizadas ao longo do tempo. Em entrevista, o ex-prefeito e então vereador Divino Aparecido Brogo destacou a revitalização da Praça 14 de Julho, realizada em 1996, com uma intervenção voltada à modernização e à melhoria do espaço público.

Nesse processo de modernização, a Casa de Cultura e os registros fotográficos tornam-se fundamentais para preservar a memória das configurações anteriores da praça e de outros espaços da cidade. As fotografias permitem visualizar as transformações ocorridas ao longo do tempo e ajudam a compreender como a paisagem urbana foi sendo reconfigurada. Dessa forma, mesmo diante das mudanças materiais, esses registros contribuem para manter viva a história local e para fortalecer reconhecimento dos marcos simbólico pela comunidade.

Sob a perspectiva das políticas públicas e do planejamento urbano, tais intervenções não devem ser compreendidas apenas como melhorias funcionais ou estéticas, pois também produzem efeitos sobre a memória coletiva, os vínculos de pertencimento e as referências simbólicas da população. Em pequenas cidades, onde determinados espaços públicos concentram experiências afetivas e práticas sociais historicamente compartilhadas ações de revitalização, remodelação paisagística ou supressão de elementos da paisagem precisam ser analisadas de forma crítica, considerando não apenas a infraestrutura urbana, mas também os impactos culturais e identitários dessas mudanças (Santos 2006; Speck, 2016). Nesse sentido, o planejamento urbano precisa incorporar a dimensão simbólica dos lugares, reconhecendo que praças, árvores, monumentos e outros marcos do cotidiano participam da construção da história local e da própria experiência social do espaço.

Seu depoimento evidencia uma gestão voltada tanto para a valorização da educação quanto para a melhoria da infraestrutura urbana. Nesse contexto, a revitalização da Praça 14 de Julho expressa uma mudança importante na paisagem da cidade, uma vez que o espaço, anteriormente utilizado como campo de futebol, teve sua função modificada e passou a concentrar outras formas de circulação e sociabilidade. O depoimento do Brogo evidencia, assim, que as transformações na paisagem urbana foram orientadas por demandas de infraestrutura e funcionalidade, ao mesmo tempo em que reconfiguraram as formas de apropriação do espaço e os sentidos simbólicos atribuídos à praça (Speck, 2016). Essa mudança demonstra que a modernização urbana não implica apenas alteração da forma física, mas também redefinição dos modos de uso e da experiência coletiva vivida no espaço público.

Nas transformações mais recentes, a Praça 14 de Julho passou a incorporar novos equipamentos e estruturas que ampliam suas formas de uso e permanência. Entre esses elementos, destacam-se os quiosques, o palco para apresentações, os

parquinhos destinados às crianças, os banheiros públicos, arborização e iniciativas voltadas ao bem-estar coletivo, como bebedouros para pessoas e para animais, painel de temperatura e ações de parceria com instituições locais, a exemplo do projeto “Adote um Banco”, que permite identificação de bancos por apoiadores da comunidade. Essas intervenções demonstram que a praça passou a atender não apenas às funções tradicionais de encontros e sociabilidade, mas também às demandas contemporâneas de lazer, conforto, permanência e convivência familiar. Ao mesmo tempo, tais mudanças revelam um processo de ressignificação do espaço urbano, no qual a praça permanece central na vida da cidade, mas assume novas funções e formas de apropriação social. Além disso, a incorporação desses equipamentos reforça a função da praça como espaço de permanência e circulação qualificada, favorecendo usos mais diversos e ampliando sua vitalidade urbana (Speck, 2016). Desse modo, a Praça 14 de Julho evidencia como, mesmo em cidades pequenas, o espaço público pode ser continuamente reconfigurado sem perder sua centralidade simbólica, social e cultural na vida coletiva.

Quando referências históricas e afetivas são modificadas ou removidas, parte da memória social corre o risco de se enfraquecer. Isso ocorre porque a memória coletiva se ancora em suportes espaciais concretos, capazes de evocar experiências vividas, relações sociais e pertencimento. Assim, a descaracterização de determinados elementos urbanos pode comprometer a continuidade de vínculo simbólicos construídos ao longo do tempo (Halbwachs, 1990).

Outro aspecto significativo desse processo refere-se à retirada da árvore Barú durante a gestão do prefeito Ivete Guerreiro. A supressão desse elemento da paisagem urbana representa mais do que uma alteração física no espaço central da cidade, pois atinge diretamente uma referência simbólica fortemente associada à memória coletiva de Canápolis. Desse modo, a retirada da árvore evidencia como determinadas intervenções urbanas podem comprometer suportes materiais fundamentais para permanência de vínculos afetivos, narrativas históricas e formas de pertencimento social (Halbwachs, 1990; Nora, 1993). Nesse sentido, a eliminação desse marco da paisagem não produz apenas uma mudança visual, mas também afeta a capacidade de a comunidade reconhecer, no espaço urbano, referências de sua própria trajetória histórica.

No caso da Praça 14 de Julho e da árvore Barú, as mudanças urbanas evidenciam a tensão entre modernização e preservação. Se por um lado, as

intervenções podem buscar melhorar a infraestrutura e atualizar o espaço urbano, por outro, também podem desconsiderar o valor histórico, afetivo e identitário desses lugares. Em pequenas cidades, onde as referências coletivas tendem a ser fortemente compartilhado, esse processo adquire impacto ainda mais significativo. (Santos 2006; UNESCO, 2003). Assim, a análise dessas transformações permite compreender que a paisagem urbana não é constituída apenas por elementos funcionais, mas também por marcas simbólicas que sustentam a memória coletiva e a identidade local.

Desenvolvimento urbano e apagamento simbólico: caminhos para conciliação

Diante do apagamento de referências materiais, os registros documentais assumem importância fundamental como suportes alternativos da memória coletiva. A casa de cultura de Canápolis, o acervo fotográfico municipal e o documentário *Canápolis tem história* cumprem com o papel essencial nesse sentido, permitindo que as novas gerações tenham acesso às configurações passadas da paisagem e compreendam as camadas históricas que constituem a identidade local.

A fotografia da árvore Baru, os relatos orais de moradores, e a entrevista com gestores como Divino Aparecido Brogo e os registros documentais da Casa DE Cultura funcionaram como contraponto ao apagamento simbólico, mantendo viva a memória do que não existe materialmente, mas permanece no imaginário coletivo. Esses vestígios documentais, ao preservarem imagens, narrativas e interpretações sobre o passado, tornam-se fundamentais para a continuidade dos vínculos entre a comunidade e sua história.

Nesse sentido, a comparação entre fotografias históricas e registros atuais da Praça 14 de Julho e de seu entorno contribui para evidenciar as rugosidades presentes na paisagem urbana de Canápolis (Santos, 2006). A justaposição entre imagens de diferentes temporalidades permite observar permanências, transformações e supressões de elementos materiais, tornando visível a sobreposição de tempos históricos na construção da cidade. A Figura 5 apresenta essa comparação permitindo visualizar as mudanças na configuração da Praça 14 de Julho ao longo do tempo.

Figura 5-Mosaico Imagens da Praça 14 de Julho Antiga e atual.



Fonte: Acervo da Casa de Cultura de Canápolis-MG e acervo pessoal, 2026.

As imagens evidenciam que apesar das transformações físicas ocorridas ao longo do tempo, determinados elementos da paisagem permanecem como referências simbólicas na memória coletiva dos moradores. Desse modo, a análise visual reforça a compreensão das rugosidades como marcas do passado que persistem, ainda que de forma parcial ou ressignificada, na configuração atual da cidade (Santos, 2006).

A experiência canapolense oferece, nesse sentido, um ponto de constatação que impõe a necessidade de repensar as práticas de intervenção urbana, incorporando a dimensão simbólica e patrimonial dos espaços públicos. Em primeiro lugar, destaca-se a necessidade de participação ativa da comunidade, pois, no caso da árvore Baru, se seu valor simbólico tivesse sido devidamente reconhecido por meio de um processo participativo de identificação patrimonial, sua supressão poderia ter sido evitada.

A articulação entre inventários participativos, mecanismos de consulta comunitária, políticas públicas integradas constitui, portanto, um caminho possível para que cidades como Canápolis possam conciliar desenvolvimento urbano e preservação simbólica. Os registros documentais nesse contexto, não apenas testemunham o que foi perdido, mas também alimentam a memória coletiva e fortalecem a identidade local, funcionando como instrumento de resistência ao apagamento e como base para a construção de um futuro que não ignore o passado.

Como nos ensina Milton Santos (2006, p.138):

As rugosidades são espaços construídos, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. Elas representam a herança material e simbólica de tempos passados que permanecem no presente, mesmo quando transformadas ou suprimidas, pois continuam existindo como memória.

Em Canápolis, ainda que a árvore Baru tenha sido suprimida materialmente, sua permanência nos registros documentais e no imaginário coletivo assegura que essa rugosidade simbólica continue viva, testemunhando o tempo histórico e alimentando a identidade local para as gerações futuras.

Considerações finais

Diante do exposto, conclui-se que a Praça 14 de Julho e a árvore Baru extrapolam a condição de elementos físicos da paisagem urbana e se afirmam como suportes da memória coletiva e do patrimônio imaterial de Canápolis. Ao longo do artigo, buscou-se analisar o processo de formação e transformação da paisagem urbana local, considerando a centralidade da praça e da árvore Baru na constituição de referências simbólicas para a identidade da comunidade.

A análise permitiu compreender que a formação histórica de Canápolis está diretamente ligada à ocupação do território, à atividade agrícola e à consolidação de um núcleo urbano marcado por relações de convivência e sociabilidade. Nesse contexto, a Praça 14 de Julho assumiu papel central na vida coletiva da cidade, tornando-se espaço de encontros, festividades, práticas cotidianas e construção de vínculos afetivos. Por isso, sua importância não se restringe à organização física do espaço urbano, mas se estende à dimensão simbólica, como lugar de memória e pertencimento.

As transformações urbanas analisadas ao longo do texto evidenciam, por outro lado, que a modernização do espaço não é neutra. Ao reconfigurar a paisagem urbana, essas mudanças podem comprometer referências materiais e simbólicas fundamentais para a continuidade da memória coletiva. No caso da Praça 14 de Julho e da árvore Baru, a tensão entre modernização e preservação revela que a valorização da infraestrutura e da funcionalidade do espaço precisa ser acompanhada da atenção aos vínculos históricos, afetivos e culturais construídos pela população.

Portanto, o estudo reforça a importância de reconhecer que o patrimônio cultural das pequenas cidades não se limita a monumentos ou edificações, mas inclui também práticas sociais, narrativas, memórias e espaços do cotidiano que estruturam o sentimento de pertencimento. Preservar a memória urbana, nesse sentido, não significa apenas conservar a materialidade da cidade, mas também valorizar os sentidos coletivos que seus habitantes atribuem aos lugares.

Diante disso, observa-se que as mudanças na paisagem urbana de Canápolis não devem ser compreendidas apenas como intervenções materiais voltadas à modernização do espaço público, mas também como processos que afetam

diretamente a memória coletiva e os marcos simbólicos da cidade. A Praça 14 de Julho, bem como a antiga presença da árvore Baru, demonstra que determinados elementos urbanos ultrapassam sua função prática, pois se tornam suportes de lembranças, pertencimento e identidade social. Nesse sentido, refletir sobre essas transformações significativas reconhecer a necessidade de conciliar desenvolvimento urbano e preservação das referências simbólicas que sustentam a história e a cultura local.

Assim, o estudo evidencia que preservar a memória coletiva não significa impedir mudanças no espaço urbano, mas garantir que elas ocorram de forma que ocorram de forma participativa e consciente. Quando os vínculos entre a população e o espaço são mais intensos, a proteção dos marcos simbólico torna-se fundamental para a continuidade das narrativas sociais e para o fortalecimento da identidade local.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº3.551, 4 de agosto de 2000.** Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro , cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000.

CHUVA, Márcia Regina. Por uma história de noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, p.147-165, 2012.

CULTURA E TURISMO CANÁPOLIS-MG. **Canápolis tem história.** [S.l.: S.n.], 23 maio2023. 1 vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bNWKoyJMhBs>. Acesso em: 22 dez. 2025.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além de pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: Abreu, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-75.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

IPHAN. **Patrimônio imaterial:** Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico [s, d.].

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SPECK, Jeff. **Cidade caminhável**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Paris: UNESCO, 2003.

VENÂNCIO, Kelson. **Como eram as baladas de Canápolis – [vídeo raro]**. [S.l.: s.n.], 20 jun. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fTjy6U_5Pxc. Acesso em: 22 dez. 2025.